



# Prefeitura Municipal de Arcos

Estado de Minas Gerais

Rua Getúlio Vargas, 228 - Centro - Cep 35588-000 Fone (37) 3359-7900

CGC: 18.306.662/0001-50 - Email: arcosprefeitura@arcos.mg.gov.br

OFÍCIO GP nº. 612/2025

Arcos, 18 de dezembro de 2025.

A Sua Excelência a Senhora  
Kátia Mateus de Moura Sousa  
Presidente da Câmara Municipal de Arcos/MG  
Rua Vinte e Cinco de Dezembro, nº 760 – Centro  
CEP: 35.598-028 – Arcos-MG

CÂMARA MUNICIPAL DE ARCOS/MG

DOCUMENTO RECEBIDO EM: 18, 12, 25

ASS: *RL*  
MASC 106-6

**Assunto:** Encaminha Projeto de Lei que altera Lei Municipal Ordinária nº 2.232, de 10 de julho de 2009 e dá outras providências.

Senhora Presidente,

Tenho a honra de submeter à elevada apreciação dessa Casa Legislativa o incluso Projeto de Lei que altera dispositivos da Lei Municipal Ordinária nº 2.232, de 10 de julho de 2009, que deu nova redação à Lei nº 1.147/1987 que instituiu o Programa Municipal de Ação Social – PROMAS.

A presente proposição tem por objetivo adequar a legislação municipal às normas constitucionais e eleitorais vigentes, especialmente no que se refere à impossibilidade jurídica de condicionar o acesso a benefícios sociais à comprovação de domicílio eleitoral ou votação no Município de Arcos.

A lei atual, em seu art. 2º, §1º, inciso V (Subprograma de Habitação), bem como no art. 2º, inciso III, alínea “a” (Subprograma de Auxílio Educacional), estabelece como requisito para concessão dos benefícios, a comprovação de que o beneficiário seja eleitor votante no município de Arcos, por determinado período. Tal exigência, contudo, mostra-se incompatível com a legislação brasileira, as quais estabelecem que:

- O art. 299 do Código Eleitoral - tipifica como crime oferecer vantagem para obter voto;
- O art. 73 da Lei nº 9.504/97 - proíbe uso político de programas sociais;
- Os princípios constitucionais da impessoalidade e universalidade dos direitos sociais vedam critérios discriminatórios ou eleitorais.

Dessa forma, tais dispositivos não são aplicáveis e devem ser formalmente ajustados para garantir segurança jurídica tanto à Administração Pública quanto aos beneficiários do PROMAS.



# Prefeitura Municipal de Arcos

Estado de Minas Gerais

Rua Getúlio Vargas, 228 - Centro - Cep 35588-000 Fone (37) 3359-7900

CGC: 18.306.662/0001-50 - Email: [arcosprefeitura@arcos.mg.gov.br](mailto:arcosprefeitura@arcos.mg.gov.br)

O Projeto de Lei ora encaminhado suprime as referências eleitorais, mantendo integralmente os critérios socioeconômicos e técnicos que regem o acesso aos benefícios sociais e educacionais, conforme preconiza o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e a Política Nacional de Assistência Social (PNAS).

A presente atualização legislativa é fundamental para garantir a legalidade e constitucionalidade dos procedimentos, eliminar qualquer risco de interpretação que contrarie a legislação eleitoral, fortalecer a impessoalidade e transparência dos programas de apoio social e assegurar que o PROMAS siga operando com segurança, foco técnico e justiça social.

Diante da relevância e necessidade da adequação, contamos com o apoio dos Nobres Vereadores para a célere aprovação da matéria, colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos e apresentamos-lhes cordiais saudações.

**Wellington Roque**

**Prefeito Municipal**

Wellington Estevão Rodrigues Roque  
Prefeito Municipal  
Arcos- Minas Gerais





# Prefeitura Municipal de Arcos

Estado de Minas Gerais

Rua Getúlio Vargas, 228 - Centro - Cep 35588-000 Fone (37) 3359-7900

CGC: 18.306.662/0001-50 - Email: arcosprefeitura@arcos.mg.gov.br

## PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº. 028, DE 18/12/2025.

*Altera dispositivos da Lei Municipal nº 2.232, de 10 de julho de 2009 e dá outras providências.*

O **Prefeito Municipal de Arcos**, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições especialmente do disposto do art. 43 da Lei Orgânica Municipal, propõe o seguinte Projeto de Lei Ordinária:

**Art. 1º** - Fica alterado o art. 2º, §1º, inciso V (Subprograma de Habitação), da Lei Municipal nº 2.232/09, passando a vigorar com a seguinte redação:

*“V – comprovar a condição de cidadão arcoense.*

**Art. 2º** Fica alterado o art. 2º, inciso III, alínea “a” (Subprograma de Auxílio Educacional), da Lei Municipal nº 2.232/09, passando a vigorar com a seguinte redação:

*“a) concessão de ajuda financeira aos estudantes arcoenses ingressados em faculdades estabelecidas em Arcos, considerando estudantes aqueles nascidos e residentes há mais de cinco anos neste município, devidamente cadastrados no PROMAS”.*

**Art. 3º** Ficam revogadas todas as expressões, dispositivos ou referências que condicionem o recebimento de benefícios sociais à comprovação de domicílio eleitoral, voto ou condição de eleitor no Município de Arcos.

**Art. 4º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Wellington Roque**

**Prefeito Municipal**

Wellington Estevão Rodrigues Roque  
Prefeito Municipal  
Arcos- Minas Gerais